
Geografia, História e História da Geografia

Antonio Carlos Robert Moraes



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/319>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.319

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 Julho 2000

ISSN: 1519-1265

Referência eletrónica

Antonio Carlos Robert Moraes, « Geografia, História e História da Geografia », *Terra Brasilis* [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/319> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.319

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Geografia, História e História da Geografia

Antonio Carlos Robert Moraes

- 1 Vale iniciar colocando a necessidade de bem caracterizar os dois campos disciplinares - história e geografia - e de bem equacionar suas relações e articulações. Em outros termos, cabe delimitar o universo de investigação enfocado e explicitar as motivações teóricas de seu estudo, evitando o fascínio do empirismo historiográfico, postura com possibilidade de ampla difusão num campo ainda pouco explorado em termos de levantamentos empíricos como o da história da geografia no Brasil. De imediato, recusa-se as visões mais recorrentes da relação enunciada: da parte dos historiadores, a localização da "geografia como introdução da história", embasada na concepção herderiana de ver a Terra como "palco" das ações humanas; da parte dos geógrafos, a repisada formulação de ver a "geografia como história do presente". Nestas duas colocações, na verdade, se dissocia radicalmente os campos ao relacioná-los. Urge, portanto, repensar as articulações entre a história e a geografia.
- 2 Pode-se iniciar esse exercício com algumas questões de fundo, que envolvem posicionamentos metodológicos prévios à labuta historiográfica, por exemplo:
 - A história da geografia estudada na ótica disciplinar de um historiador seria igual a da análise conduzida por um geógrafo?
 - Que papel deve ocupar a história numa teoria geral da geografia, e que papel deve ocupar a geografia numa teoria geral da história?
 - As mediações geográficas e as mediações históricas tem o mesmo peso na explicação da história da geografia? Porque?
- 3 Perguntas dessa natureza poderiam ser multiplicadas, reforçando a necessidade de explicitações teóricas antes de mergulhar nas pesquisas historiográficas do amplo universo de investigação que se abre para os estudos de história da geografia no Brasil. Para evitar a vaguidade e a indeterminação epistemológicas, não se pode fugir destes questionamentos, que envolvem respostas elaboradas no plano dos métodos (fato que alerta, de imediato, para a variedade de respostas possíveis). Para começar, emerge com destaque a questão conceitual, que tem sido tratada com certa liberalidade no campo em

tela, com o uso recorrente de conceitos vagos ou mesmo de palavras sequer conceituadas. Além disso, a caracterização mesmo do objeto - a "geografia" - padece de uma melhor identificação nos trabalhos dedicados a sua história no Brasil.

- 4 Sem querer estabelecer marcos, mas no sentido de abrir a discussão, apresenta-se a seguir algumas posições teóricas e algumas indicações analíticas com as quais venho trabalhando, e que servem para iniciar um debate. Começemos pelas premissas:
- 5 Em primeiro lugar, cabe assinalar que o universo da história é, ao meu ver, muito mais amplo que o da geografia, e que, nesse sentido, a própria geografia é vista como um produto da história. Seja a geografia material objetivada no espaço terrestre, seja o discurso geográfico acerca de tais realidades, ambos constituem elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis. Logo incluem-se na história, não podendo portanto se reportar a ela como um outro. Tal alerta é importante num momento em que o historicismo é considerado por alguns autores pós-modernos como o grande impecílio ao desenvolvimento da análise espacial no âmbito das teorias sociais críticas (Edward Soja chegando a propor um "materialismo geográfico" profundamente anti-historicista). Aqui, reafirma-se a historicidade como caminho de entendimento dos objetos e processos sociais, entre eles os referentes a geografia;
- 6 Explicitando uma concepção do objeto, por geografia deve-se diferenciar uma realidade fáctico-material de disposição e organização dos objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material) e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico)¹. Tendo claro assim que a geografia material é o objeto das representações geográficas, e que estas retroagem na construção das materialidades na superfície da Terra. Assim, a valoração simbólica do espaço é um momento de sua valorização material, sendo a apropriação e produção do espaço um processo teleológico, guiado por interesses e valores materiais e simbólicos, cuja dialética cabe desvendar;
- 7 Os discursos geográficos - no sentido mais amplo desse termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemés próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana. Nesse sentido, qualquer olhar geográfico já se exercita dentro de determinações históricas, qualquer leitura da paisagem sendo densa de uma temporalidade própria. Se assim é já com os elementos da percepção e da intuição, com muito mais vigor as determinações histórica se exercitam sobre a elaboração dos textos, produtos também de um raciocínio que não foge a tais condicionantes temporais. O conhecimento científico sobre o espaço terrestre e sobre seu uso bem exprime essa qualidade.
- 8 A geografia, como concebida nos parágrafos anteriores, emerge em todas as épocas históricas, pois refere-se à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer sociedade existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar as suas geografias.
- 9 Os critérios de diferenciação e os parâmetros de contextualização podem ser variados, cabendo portanto bem especificá-los teoricamente. Um, de bastante eficácia, distingue o

conhecimento oral do escrito, dando as bases de diferenciação entre o saber popular e o saber erudito. No primeiro campo se alocam os conhecimentos geográficos do senso comum e dos povos sem escrita (a geografia espontânea do cotidiano), no outro campo se agrupam os discursos que se amparam em registros, os quais implicam no atendimento a normas e padrões hegemônicos que legitimam e qualificam os textos. Os parâmetros de tal legitimação são, como mencionado, históricos, amparados na epistemé reinante.

- 10 As formas de apresentação dos discursos geográficos acompanham a variedade dos estilos pelas épocas e culturas: relatos, narrativas, fábulas, preceitos, cosmogonias, poemas, mitologias. A designação de "filosofia" tenta agrupar os escritos de maior densidade lógica e reflexiva, sendo durante séculos - no âmbito da cultura ocidental - a forma mais elevada de identificação do saber erudito, a que buscava explicar seus próprios fundamentos de reflexão, adquirindo assim uma qualidade de sistematicidade progressiva e de controle lógico dos enunciados, que se mantém até a atualidade. Nesse percurso, a "ciência" aparece como uma forma tardia e recente de apresentação do conhecimento legítimo. Uma forma associada à emergência da economia-mundo capitalista, e datada na época moderna, um resultado e uma alavanca da modernidade, da qual é um dos elementos caracterizadores. Uma determinada concepção laica de razão - a razão objetiva, ou racionalismo - aparece inicialmente como um pressuposto dessa forma específica de saber: o conhecimento científico.
- 11 Discutir o discurso geográfico enquanto ciência é, portanto, fazer uma delimitação bem restritiva, em termos históricos e culturais, acatando várias particularizações. As geografias es-pontâneas do cotidiano e o saber geográfico incrustrado em mitos e na literatura ficam de fora dessa orientação, que exprime uma epistemé própria - em termos genéticos - à cultura ocidental (cuja difusão se opera na ocidentalização do mundo). Uma datação seletiva também se impõe, definindo o universo dos dois últimos séculos. Assim, trabalha-se o pensamento ocidental e o período posterior ao final do século XVIII como limites do horizonte de investigação eleito.
- 12 Mesmo assim, a diversidade ainda impera, pois o discurso geográfico aflora em vários campos disciplinares nascentes ou recentes na época limite mencionada: na botânica, na geologia, mas também na economia política e na teoria do direito. Nesse emaranhado de campos do conhecimento científico, um critério passível de utilização (e de críticas, dado ser um parâmetro formal) é o próprio uso do termo "geografia" na auto-localização das obras, dos autores, das teorias e das instituições. Esse termo, que acompanha a cultura ocidental desde a antiguidade clássica, adquire na época moderna um conteúdo específico, associado à idéia de ciência. Emerge a "geografia científica" ou "moderna", tendo por fonte variadas influências e inspirações em sua maior parte extra-geográficas². Enfim, toma-se como "geografia" os estudos que assumem tal qualificação.
- 13 É esse conjunto mais restrito que consolida uma tradição acadêmica (no sentido bourdieuano) no século XIX, criando um campo disciplinar autônomo (pedagógico, de pesquisa, e universitário) e uma comunidade de especialistas (com suas linhagens teóricas e com uma linguagem próprias). E é essa proposta de geografia-ciência que se difunde com a própria ocidentalização do mundo. Cabe, contudo, ter em conta que tal campo (e tal rótulo) não abarca todas as possibilidades do discurso geográfico como ciência. Vários projetos disciplinares do século XIX conflitam com a pretensão da geografia de circunscrever um campo exclusivo (basta pensar na contundente crítica de Emile Durkheim à "geografia humana" de Vidal de La Blache, vista como um subcampo da nascente sociologia por ele denominado de "morfologia social").

- 14 Assim, amparado nas teorizações de Pierre Bourdieu, pode-se analisar a "geografia moderna" como o projeto de um campo científico singular, com sua história própria, que logra legitimação e institucionalização por caminhos variados e com uma cronologia específica de país a país, porém remetendo a filiações e paradigmas comuns, que acabam por conformar um corpo de especialistas (uma comunidade ou corporação) que cria e implanta estratégias de reprodução desse campo. Entre elas a difusão da própria geografia-ciência pelos diferentes quadrantes do globo como a forma legítima de estudar os lugares terrestre.
- 15 Postos estes marcos preliminares, que na verdade expressam um exercício de particularização histórica, nos aproximamos de nosso objeto precípua: a geografia no Brasil ou a geografia brasileira (outra distinção a ser melhor problematizada). Cabe então adicionar novas mediações, introduzindo algo da particularidade histórica brasileira. Em primeiro lugar, cabe salientar a centralidade da geografia, enquanto prática material, na vida social das formações coloniais³. A conquista espacial emerge aí como determinação fundante dessas sociedades, como pecado original das colônias, na medida em que a expansão territorial e o domínio de espaços inscrevem-se como móveis básicos de estruturação de sua vida social. Vale lembrar que conhecer o espaço constitui a primeira forma de sua apropriação, o passo inicial do processo de colonização, que se reitera enquanto existirem frentes pioneiras avançando no território (mesmo após a emancipação política das colônias). Enfim, a colonização - por ser um processo interessando diretamente a relação sociedade-espço - coloca vários temas tratados pela geografia no centro de interesse da explicação da dinâmica das formações sociais por ela criadas, e esse berço colonial atua como forte determinação de seus desenvolvimentos ulteriores.
- 16 A condição periférica marca profundamente a história brasileira em todas as suas dimensões. Seja no plano econômico, político ou cultural observa-se características advindas de tal condição, que melhor se traduz na periódica necessidade de ajustes internos para adequar o país a padrões e ritmos desenvolvidos no centro da economia-mundo capitalista. Esse caráter reativo manifesta-se como condicionante histórico também no campo das idéias e mentalidades, gerando uma cultura erudita que tem seus estilos e conteúdos definidos no exterior. A busca de legitimação pela adoção de modelos gerados noutros contextos ocasiona certo descolamento entre o mundo das idéias e a vida prática brasileiras, característica já apontada por várias interpretações da cultura nacional⁴. Enfim, a cada onda modernizante no país corresponde a importação de novas teorias do centro pela intelectualidade mimética da periferia, que nesse processo realiza também o seu ajuste de mentalidade.
- 17 Os momentos teóricos por que passa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo do século XIX bem ilustra o afirmado. Criado pela elite "saquarema" para ser um bastião da Ilustração nos trópicos, com a missão precípua de levar as luzes da civilização aos sertões⁵, esta instituição conheceu três modelos de legitimação acadêmica no período mencionado: uma fase inicial de levantamentos, marcada pelo padrão discursivo próprio dos naturalistas; seguida pelo movimento indianista, que idealiza uma história nacional num padrão romântico; adotando no final do século uma clara postura cientificista⁶. É no decorrer desses momentos que um campo geográfico começa a se conformar no país de forma mais sistemática, porém num processo muito marcado pela dispersão e pela falta de identidade disciplinar, logo de grande indefinição institucional, com as idéias da geografia moderna emergindo nos diversos aparatos culturais existentes no país.

- 18 Tal característica torna difícil e problemática a delimitação precisa da geografia e dos geógrafos no Brasil no período.
- 19 Em termos institucionais, a discussão dos temas e das teorias geográficas pode ser encontrada tanto nas faculdades de direito, quanto nas de medicina e de engenharia, e também nos colégios e demais órgãos ligados ao ensino, e ainda em comissões e repartições públicas destinadas a serviços referidos ao território. Assim, os institutos geográficos não monopolizam a prática desse saber, apesar de constituírem os embriões da institucionalização do campo disciplinar, servindo de ponto de convergência para a comunidade dispersa e não-especializada dos pioneiros "geógrafos" do país. Tanto que o século XX vai assistir a gradativa constituição de uma efetiva estrutura de geração e divulgação do conhecimento geográfico, que tem seu marco de consolidação na década de 1930, com a institucionalização pleno do campo em tela por meio da criação de órgãos específicos dedicados ao ensino e pesquisa de geografia⁷.
- 20 É interessante assinalar que, contrastando com esse quadro de dispersão no século XIX, tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro. Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o novo Estado nacional, numa situação onde quase metade da população era constituída de escravos. Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro vai tomar o território como centro de referência da unidade nacional, tomando o seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país⁸. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico
- 21 que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas⁹.
- 22 A partir da década de 1930, com a institucionalização do campo disciplinar (com a fundação dos cursos universitários da disciplina, do Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, e da AGB), fica mais fácil delimitar as fontes para a história da geografia no Brasil, o que não significa que a formulação de ideologias geográficas passe a ficar circunscrita a essas instituições especializadas. Ao contrário, a dispersão anterior e o enraizamento dos argumentos geográficos na cultura política, faz com que a postura de restringir a análise dos discursos geográficos ao campo disciplinar traga em si a possibilidade de perder os enunciados de maior eficácia ideológica, seja na doutrinação patriótica ou em outros processos do universo simbólico nacional, seja na orientação da produção material do espaço brasileiro. Aqui, a distinção entre "pensamento geográfico" e "geografia" ganha potência¹⁰, abrindo dois caminhos de pesquisa articulados e comunicantes, porém com balizamentos historiográficos distintos. Poder-se-ia dizer que o o enfoque anterior, disperso porém unitário da história da geografia, bifurca-se à partir da década citada entre: uma história das idéias geográficas no país (mais genérica), e uma história disciplinar da geografia (centrada no campo institucionalizado).
- 23 Enfim, o horizonte de pesquisa antevisto é vasto e ainda pouco explorado. Há muitas questões de interpretação teórica a serem respondidas, e inúmeros levantamentos historiográficos a serem realizados para dar conteúdo a tais respostas. Se no início do texto apontou-se o perigo do fascínio do empirismo, cabe terminar questionando uma tradição epistemológica diletante e desprovida de bases históricas e filosóficas adequadas que manifesta-se amiúde no debate teórico da geografia brasileira contemporânea. O

rigor historiográfico e o aprofundamento metodológico emergem como salutareis antídotos para essa pseudo-filosofia da geografia.

NOTAS

1. Essa distinção é bem trabalhada por Marcelo Escolar em *Crítica do Discurso Geográfico*, Ed.Hucitec, São Paulo, 1996. Este autor lembra que, enquanto os historiadores diferenciam "história" e "historiografia", os geógrafos usam o mesmo termo para denominar o objeto de análise e o discurso acerca deste objeto, nomeando ambos como "geografia".
2. Estudamos o processo de emergência desse conteúdo e suas determinações históricas em: Antonio Carlos Robert Moraes - *A Gênese da Geografia Moderna*, Ed.Hucitec/Edusp, São Paulo, 1989.
3. Sobre tal centralidade, consultar: Antonio Carlos Robert Moraes - *Bases da Formação Territorial do Brasil*, Ed.Hucitec, São Paulo, 2000, especialmente o capítulo 9 "A Dimensão Territorial nas Formações Latino-Americanas".
4. O debate sobre o liberalismo no Brasil bem contempla tal discussão, exemplificada pela rica polêmica em torno das colocações de Roberto Schwartz acerca das "idéias fora de lugar" (ver: *Ao Vencedor as Batatas*, Ed.Duas Cidades, São Paulo, 1976). Pode-se consultar também sobre este debate: Marco Aurelio Nogueira - *Desventuras do Liberalismo*, Ed.Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983. E, numa concepção mais ampla do pensamento na periferia: Alfredo Bosi - *Dialética da Colonização*, Ed.Companhia das Letras, São Paulo, 1992.
5. Sobre a conjuntura de criação do IHGB, consultar: Ilmar Rohloff de Mattos - *O Tempo Squarema*, Ed.Hucitec, São Paulo, 1987. Sobre o instituto ver: Lilia K.Schwarcz - *Os Guardiões de Nossa História*, IDESP, São Paulo, 1989, Marcelo L.S.Guimarães - "Nação e Civilização nos Trópicos", *Estudos Históricos* 1, Rio de Janeiro, 1988, e Perla Zusman - "El Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro y la Sociedad de Geografia de Rio de Janeiro" in M. Santos et alli - *O Novo Mapa do Mundo*, v.III, Ed.Hucitec, São Paulo, 1994.
6. Conforme: Lucia Lippi Oliveira - "Modernidade e Questão Nacional", *Revista Lua Nova* 20, São Paulo, 1990.
7. Sobre tal processo, ver: Antonio Carlos Robert Moraes - "Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil" in *Estudos Históricos* 8, Rio de Janeiro, 1991.
8. Sobre tal temática, consultar: Antonio Carlos Robert Moraes - *Ideologias Geográficas*, Ed.Hucitec, São Paulo, 1988.
9. Ver: Lucia Lippi Oliveira - *A Questão Nacional na Primeira República*, Ed.Brasiliense, São Paulo, 1990, e Lia Osório Machado - "Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: Meio Tropical, Espaços Vazios e a Idéia de Ordem (1870-1930)", in Iná E.de Castro et alli - *Geografia: Conceitos e Temas*, Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.
10. Sobre tal distinção, consultar: Antonio Carlos Robert Moraes - "História Social da Geografia no Brasil: Elementos para uma Agenda de Pesquisa", *Anais do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, Rio Claro, 1999.

AUTOR

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

Departamento de Geografia/USP